DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 10633/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/26942/2016
PROTOCOLO	: 1754680
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: SERGIO DIOZEBIO BARBOSA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 38/2016
EMPRESAS ADJUDICADAS	: VIZZOTO & CIA LTDA E METALÚRGICA TIGRE LTDA - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 64/2016
OBJETO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA (GRADIL), POSTE DE CONCRETO E ARAME, PARA SEREM UTILIZADOS NAS REFORMAS DE PONTES EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO.
VALOR INICIAL	: R$ 153.695,20
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 64/2016 (1ª fase) e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 38/2016 (1ª fase), celebrada entre o Município de Amambai/MS e as empresas adjudicadas: Vizzoto & Cia Ltda e Metalúrgica Tigre Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, prefeito municipal à época.

A licitação tem por objetivo o registro de preços para eventual aquisição de tela (gradil), poste de concreto e arame, para serem utilizados nas reformas de pontes em diversos locais do município, no valor global de R$ 153.695,20 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 5689/2017, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 2ª PRC – n. 14468/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época, c/c o art. 120, I, "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

A ata de registro de preços foi pactuada em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A documentação obrigatória foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo ao prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 64/2016 (1ª fase), celebrado entre o Município de Amambai/MS e as empresas adjudicadas: Vizzoto & Cia Ltda e Metalúrgica Tigre Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 38/2016 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a" segunda parte, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 30 de agosto de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs